

CASAS SENHORIAIS E SEUS INTERIORES EM DEBATE

ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Organização
Ana Pessoa
Marcia Nunes

Casas senhoriais e seus
interiores em debate:
estudos luso-brasileiros

ORGANIZAÇÃO
Ana Pessoa
Márcia Nunes

Casas senhoriais e seus interiores em debate: estudos luso-brasileiros

Fundação  **Casa de Rui Barbosa**

Rio de Janeiro
2021

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Gilson Machado Neto

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Presidente
Letícia Dornelles

Diretor Executivo
Carlos Fernando Corbage Rabello

Diretora do Centro de Pesquisa
Marta Maria Alonso de Siqueira

Chefe do Setor de História
Marcos Guedes Veneu

Chefe do Setor de Editoração
Benjamin Albagli Neto

Ficha catalográfica

Casas senhoriais e seus interiores em debate [recurso eletrônico]:
estudos luso-brasileiros / organização Ana Pessoa; Márcia
Nunes. -- Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa,
2021.
70.204 *Kbytes* ; PDF (704 p.)
ISBN 978-65-88295-10-6

1. Casa senhorial. I. Pessoa, Ana, org. II. Nunes, Márcia, org.

CDD 728.372

Bibliotecária: Letícia Krauss Provenzano - CRB-7/6334

Fundação Casa de Rui Barbosa
Rua São Clemente 134, Botafogo
22260-000, Rio de Janeiro, RJ
www.casaruibarbosa.gov.br

Sumário

Apresentação	8
I. Proprietários, mecenas e artistas: vivências e rituais	13
Casa São Roque: enobrecer uma residência simples	14
<i>Domingos Távares</i>	
A casa senhorial urbana de Sebastião de Barros Silva em Limeira-SP	33
<i>Renata Baesso Pereira</i> <i>Ana Clara Lambert Rodrigues</i>	
Sobre baronesas, pincéis e decoração: Francisca Breves, a baronesa de Guararema	54
<i>Ana Pessoa</i> <i>Ana Lúcia Vieira Santos</i> <i>Douglas Fasolato</i>	
Entre dois mundos: casas rurais e urbanas da família Carneiro Leão	73
<i>Ana Lúcia Vieira dos Santos</i> <i>Ana Pessoa</i> <i>Douglas Fasolato</i>	
As origens da Chácara do Paraíso, em Nova Friburgo	90
<i>Carolina de Moraes Calvente</i>	
Arquitetura e vida moderna: casas e palacetes da nova capital de Minas	107
<i>Ricardo Giannetti</i>	
José Sidrim: um senhor das casas senhoriais	124
<i>Ana Léa Nassar Matos</i>	
Grafia dos afetos: cartas a José Sidrim e a relação entre proprietários e construtores na Belém do ecletismo	141
<i>Mateus Carvalho Nunes</i> <i>Pietra Paes Barreto</i>	
Palacete Orlando Lima – Belém-PA	162
<i>Dulcília Maneschy Corrêa Acatuassu Nunes</i>	
Solar Barão de Guajará: de residência de Domingos Antônio Raiol a Instituto Histórico Geográfico do Pará	176
<i>Elna Maria Andersen Trindade</i> <i>Francianny Keyla Cabral Moraes</i>	
Uma residência aformoseada por um bosque: o Palacete Amyntas de Lemos	193
<i>Maria de Nazaré Sarges</i> <i>Luís Augusto Barbosa Quaresma</i>	
II. Identificação das estruturas e dos programas distributivos e o estudo de nomenclaturas funcionais e simbólicas de cada espaço	208
Espaços do feminino na casa senhorial: da câmara e do estrado à casa de estrado, casa de lavor e toucador	209
<i>Helder Carita</i>	

Das alcovas à prataria: o programa distributivo original do Palácio Itapura (Campinas-SP, 1883-1902) a partir da análise de inventários	231
<i>Ana Beatris F. Menegaldo</i>	
<i>Renata Baesso Pereira</i>	
Solar Monjardim: da casa colonial à casa-museu – Vitória (ES)	260
<i>Luciana Nemer Diniz</i>	
Morar aristocrático no Flamengo: particularidades da residência	
Martins de Almeida	276
<i>Denise Vianna Nunes</i>	
A casa senhorial do Engenho Murutucu: análise tipológica e morfológica e a essência reconhecida nos desenhos de Serlio e Palladio	290
<i>José Marques Morgado Neto</i>	
<i>Fernando Luiz Távares Marques</i>	
Acessos, circulações e hierarquias: as transformações na compreensão do espaço residencial no Palacete Bolonha	320
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Caroline Meireles F. Rodrigues</i>	
<i>Ailla Caroline de Carvalho Raiol</i>	
Cronologia construtiva e decorativa do Palacete Bibi Costa como expressão do <i>zeitgeist</i> em Belém do Pará	335
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Ronaldo Marques de Carvalho</i>	
<i>Beatriz M. Maneschy</i>	
Classicismo no Solar do Barão do Guamá: estudos de planos e volumes de uma casa burguesa em Belém do Pará	354
<i>Cybelle S. Miranda</i>	
<i>Ronaldo Marques de Carvalho</i>	
<i>Vithória C. da Silva</i>	
Palacete Aurélia Passarinho: o jardim e a moradia	375
<i>Pietra Paes Barreto</i>	
<i>Ana Léa Nassar Matos</i>	
III. A ornamentação fixa: azulejos, tetos, talhas, pinturas, estuques, têxteis, pavimentos, chaminés/lareiras, janelas, portas, para-ventos e outros bens integrados	389
O eclétismo no Palácio de Landi: análise ornamental e espacial da intervenção de Augusto Montenegro	390
<i>Elna Maria Andersen Trindade</i>	
<i>Mateus Carvalho Nunes</i>	
Parque da Residência: a casa dos governadores do Pará no século XX	411
<i>Edson Silva de Aquino Júnior</i>	
<i>Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes</i>	
O uso do ferro nos palacetes de Belém: Paris N'América, Augusto Montenegro e Parque da Residência	423
<i>Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes</i>	

O ornamento na pintura decorativa oitocentista fluminense	438
<i>Ana de Paula Tórem</i>	
Um olhar investigativo sobre pinturas parietais de casa senhorial da Campanha Gaúcha	452
<i>Mônica de Macedo Praz</i>	
<i>Carlos Alberto Ávila Santos</i>	
Papel de parede e as casas senhoriais: a Casa da Hera como exemplo	472
<i>Carlos Gonçalves Terra</i>	
<i>Katia Maria de Souza</i>	
IV. O equipamento móvel nas suas funções específicas e suas relações com o espaço; o conjunto e as circulações das peças; a atmosfera do lugar	486
A heráldica e a aristocratização dos ambientes em Portugal nos séculos XVIII a XX	487
<i>Gonçalo de Vasconcelos e Sousa</i>	
Viver com arte: decoração e coleções nos interiores das casas senhoriais de fins do século XIX em Portugal e Brasil	505
<i>Marize Malta</i>	
Uma viagem pelos interiores senhoriais do Brasil através do mobiliário do Museu Casa da Hera	529
<i>Katia Maria de Souza</i>	
<i>Andreia Maria da Silva</i>	
Trazendo o mundo para dentro de casa: a Casa Museu Eva Klabin no Rio de Janeiro	546
<i>Ruth Levy</i>	

Espaços do feminino na casa senhorial: da câmara e do estrado à casa de estrado, casa de labor e toucador

Helder Carita¹

INTRODUÇÃO

Um estudo dos espaços reservados ao elemento feminino no interior da casa senhorial confronta-se com o fato de o interior da casa ser, de uma forma mais ou menos velada, “domínio do feminino”. Num âmbito cultural e antropológico, o feminino tende a assumir atitudes de preservação, salvaguarda, manutenção, no sentido da espécie, incluindo-se a casa, ou lar, como local de abrigo e refúgio do agregado familiar. Em contraponto, o “masculino” tende a manifestar-se por uma atitude mais dinâmica, assumindo as atividades de confronto, como a caça, a guerra e as atividades mais arriscadas. Nesta dicotomia, Spengler, no seu texto sobre a *Decadência do Ocidente*, afirmava que o “homem” encarnava o sentido de tempo e a mulher o sentido de espaço.²

Uma contextualização sobre as lógicas do feminino e masculino no interior da casa senhorial sugerem uma ligação a dois outros binômios: “público-privado” e “alto-baixo”, que contribuem de forma significativa para a organização e funcionamentos destas estruturas. No primeiro binômio, o masculino surge mais relacionado com o público e, em oposição, o feminino mais ligado ao privado, no sentido de secreto, oculto ou pouco acessível. Vemos esta relação estruturar o programa de um paço proposto por d. Duarte, no seu *Leal conselheiro*, no qual o autor propõe uma sequência de espaços: sala, antecâmara, câmara, transcâmara, guarda-roupa e oratório. Nesta estrutura, a sala surge-se como o lugar onde todos podiam entrar, numa sequência de espaços progressivamente mais privados e de menores proporções, que terminam no oratório.³ Mais tarde, Mateus do Couto, no seu programa de uma casa nobre, refere, a certo momento do seu *Tratado*, à sala como “salla pública”, salientando o carácter deste espaço ante outros compartimentos. Neste sentido de público-privado, verificamos, numa análise dos programas distributivos em tempo longo, uma sistemática tendência para se formar um conjunto de compartimentos de aparato ao longo da fachada principal, de claro sentido público, em contraponto com o que acontece nas fachadas ou zonas das traseiras, onde vemos localizar-se compartimentos de menores proporções, relacionados com situações mais privadas.

Neste binômio entre feminino e masculino, podemos detectar, ao longo dos séculos, a formação de uma zona da casa senhorial, situada no andar nobre, onde se organiza um conjunto de compartimentos de vivência mais feminina, associada à dona da casa, em oposição a uma zona de uso e simbologia mais masculina vinculada, por sua vez, ao dono da casa. Fato que torna este estudo mais complexo é que não só estas duas zonas não têm uma definição rigorosa quanto aos seus limites e organização, como ainda manifestam variações conforme as épocas. Apesar da fluidez desta diferenciação, Mateus do Couto, no seu programa de uma casa nobre, dá-nos um importante testemunho desta distinção ao referir. “A hum lado desta salla faremos a *entrada da senhora da caza*, que será hũa salleta mais pequena, que fique entre a salla, e a primeira antecamara de estrado”. No decorrer da sua descrição, Mateus do Couto menciona, por sua vez, uma zona da casa dedicada ao homem, claramente identificada como “quarto do dono da casa”. Devemos entender aqui “quarto” como uma ala, aposento ou zona mais ou menos autônoma de uma casa. No seu conjunto, este “quarto” iniciava-se com uma sequência de espaços a partir da “salla”, mas desenvolvendo-se em sentido oposto ao do quarto do dona da casa, como descreve o arquiteto: “tornando à salla; em outro lado ha de hauer serventia para o *quarto do dono da caza*, que também terá sua saleta; hum par de guardarroupas, hũa caza para escrever, outra para livros e papeis; hum camarim, ou hũa alcoba para dormir quando for necessario; hũa caza para fato”.⁴

Igualmente, no texto das *Memórias do Conde de Povolide*, na descrição do seu palácio, o autor menciona um conjunto de compartimentos que designa como o “quarto da condessa”,⁵ no mesmo sentido com que Mateus do Couto, no seu *Tratado*, designava o “quarto da senhora da casa”. No palácio do conde de Povolide, o quarto da condessa era composto por: uma saleta, duas antecâmaras, a camâra e o camarim “onde se poz o toucador”.⁶ Mais tarde, já nos finais do século XVIII, o arquiteto José Manuel Carvalho Negreiros, na sua definição do programa de casa nobre, não faz referência explícita aos apartamentos reservados ao feminino, fazendo, no entanto, tal como Mateus do Couto, uma descrição da zona reservada ao dono da casa, escrevendo: “...e *para o dono da caza* os seguintes antecâmara, gabinete, caza para a livraria, outra para archivo, outra grande para guarda roupa, e outra para despejos com chaminé”.⁷

Esta dicotomia também se manifesta no que se refere aos criados, dos quais encontramos, na documentação da época, criados dependentes da dona da casa e outros do dono da casa. Exemplo paradigmático é o Inventário da Casa Atouguia, realizado em 1759, na sequência do sequestro dos Távoras. Sobre os bens dos condes de Atouguia, são feitas listagens separadas entre os criados do conde e os criados da condessa, surgindo a condessa com um número muito superior de criados, divididos, por sua vez, em criados de

escada abaixo e criados de escada acima, e criadas. Digno de nota é que os elementos ligados à cozinha e à alimentação fazem todos parte dos criados da condessa, descriminando o inventário, nomeadamente, cozinheiro e ajudante, comprador e ajudante, agoadeiros, moço de copa, moço de recados.⁸ Nesta relação, onde homem e mulher manifestam poderes e áreas de influência diferenciadas, depreende-se que a gestão da casa se concentra na dona da casa, coincidindo com o testemunho de Gianbattista Confalonieri, que, em “Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa”, faz uma alusão a este fato ao descrever as mulheres: “estas são rápidas e agudas de engenho, prudentes no falar, graves no andar, e providenciais no governar, pois a elas se lhes dá o *governo e cuidado da casa*”.⁹ Cabe salientar que Confalonieri não foi um viajante de passagem à procura de imagens pitorescas, era, sim, de formação jesuíta, arquivista, tendo vindo para Lisboa como secretário do contador Fabio Biondi de Montalto, e aqui permanecendo durante os anos de 1592 a 1596.

Além do governo da casa, Confalonieri fornece-nos um outro dado sobre a diferenciação entre o feminino e o masculino ao escrever “não comem com os homens, [as mulheres] nem mesmo parentes, a não ser nos casamentos, mas se acontece serem convidadas, ou ficarem os parentes em casa a comer, fazem mesas apartadas na mesma sala, uma para os homens e outra para as mulheres”.¹⁰

Estes dados, muito pontuais, correspondem ao período do chamado Antigo Regime, que sentimos desvanecer-se progressivamente com o Iluminismo, com uma maior participação da mulher na vida social e uma maior abertura da casa à sociedade. Se certas zonas ou compartimentos se manifestam como epicentros do feminino, isto é, espaços funcionais e simbolicamente de preponderância feminina, em contraponto, outros espaços revelam-se de preponderância masculina, ou, ainda, outros neutros, ou de coexistência, onde feminino e masculino se cruzam ou se sobrepõem, tal como os espaços de entrada, escadarias nobres ou “salla”.¹¹

De forma mais ou menos clara, verificamos a existência de uma zona situada junto ou na envolvência da câmara de dormir, onde se concentra um conjunto de atividades relacionadas com o feminino e a dona da casa. Ao longo do nosso estudo, veremos que estes espaços se desenvolvem a partir da câmara de dormir, que na Idade Média assume um caráter polifuncional e fortemente simbólico.

A IDADE MÉDIA E A CÂMARA DE DORMIR

Recuando aos finais da Idade Média e ao século XVI, parece desenhar-se em Portugal, nas grandes casas, uma ligação muito estreita entre a câmara de dormir e a senhora da casa, surgindo este espaço como o lugar privilegiado de estar e, simbolicamente, o seu espaço de representação. Esta relação emerge

de forma muito clara na análise atenta da pintura manuelina com representações da chamada *Anunciação*, que, neste período, manifestam um forte naturalismo no tratamento de figuras e dos interiores. De forma sistemática, a Virgem é representada com vestes de uma dama de alta condição social, no seu quarto, num ambiente requintado, sempre marcado pela forte presença de um leito revestido de dossel e cortinas, colocado sobre um estrado. Realçando um sentido de quotidiano e de estar, a Virgem apresenta-se num recanto, com um livro sobre uma estante ou atril. Em vários casos, a este recanto de leitura associa-se ainda a presença, junto da Virgem, de um cesto de verga com um pano de costura. Sobre uma arqueta, a presença deste cesto de costura confere ao ambiente um sentido de “tempo longo”, de leitura e bordar, como podemos observar na *Anunciação do retábulo de Santos-o-Velho*, atribuído a Gregório Lopes, que pode ser vista na Figura 1, ou na *Anunciação* de Francisco de Campos, da igreja de São Sebastião. Com pequenas variações, a cena repete-se, emergindo a câmara de dormir como lugar de representação, como com o Mestre da Lourinhã, na *Anunciação* da igreja de N^a Sr^a da Assunção de Cascais, mostrada na Figura 2, ou na *Anunciação*, de Mestre Desconhecido, do Museu Ricardo Espírito Santo Silva, em Lisboa.

Digno de nota para o nosso estudo é o fato de, nas “Anunciações” italianas da mesma época, esta ligação entre câmara de dormir e a Virgem não aparecer. Em “Anunciações” muito conhecidas, como as de Leonardo da Vinci, Fra Angelico ou Fra Filippo Lippi, a Virgem surge num espaço semiexterior, num alpendre com



Figura 1 – *Anunciação do retábulo de Santos-o-Novo*. Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga. Lisboa. Inv. n.º 1.170, Pintura.



Figura 2 – *Anunciação* Mestre desconhecido, 1^a metade do século XVI. Fonte: Museu da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva. Lisboa. Inv. n.º 932. Pintura.

vista para um jardim. Nas “Anunciações” da pintura flamenga, também da mesma época, a Virgem volta a aparecer recolhida num espaço interior, mas o ambiente de câmara de dormir, salientado pela presença do leito ao fundo, deixa de ser sistemático, surgindo a Virgem, frequentemente, num espaço de carácter mais social de antecâmara ou sala, como verificamos em obras famosas como a *Anun-
ciação* do Museu Calouste Gulbenkian, atribuída a Dirck Bouts, ou a *Anun-
ciação* de Rogier Van der Weyden, do Metropolitan Museum of Art de Nova Iorque.

Se a pintura manuelina nos apresenta a câmara de dormir como um lugar privilegiado de representação do feminino, a documentação medieval dá-nos conta deste espaço como um ambiente polifuncional, onde a mulher trabalha, recebe convidados e toma as suas refeições. As referências do rei d. Duarte ao programa distributivo de um paço, depois da antecâmara, que o autor definia como o lugar “em que costumam estar seus moradores e alguns outros notáveis do reyno. [...] a câmara era, por sua vez, descrita como *câmara de dormyr*, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada”.¹²

Fernão Lopes deixou-nos uma interessante descrição do carácter poli-funcional da câmara de dormir. Na narrativa do encontro entre a rainha d. Leonor Teles e o Mestre de Aviz, a rainha é descrita no seu quarto de dormir, junto da cama, oferecendo uma refeição a vários convidados, referindo o autor:

“E quando chegarom aa porta do paaço, quiserasse o meestre Gonçallo Vaasquez espedir della, pera se hirem pera suas pousadas, e ella lhe disse que se nom fossem, mas que vehessem comer com ella [...] Entom se assemtarom a comer na camara da rainha, e ella aa sua mesa, e o mestre em cabeceira doutra mesa, e o conde Joham Ferbnandz jumto com ellee Gonçallo vaasquez a fundo deles ambos, e o mestre comia com grande medo [...] acabando o jantar, trou-verom a fruta e a Rainha a falar nas joyas que tinha [...] e chegousse a par da cama homde a Rainha estava aa mesa”.¹³

A acentuação, não só funcional como simbólica, da câmara de dormir como lugar de estar da mulher, liga-se a uma situação de quase reclusão da mulher das classes privilegiadas, até ao século XVII. Duarte Nunes Leão afirma-o de forma esclarecedora na sua *Descrição do Reino de Portugal*: “as damas quando saem, é só para irem à igreja e nunca deixam a sua casa para ir a qual-quer outro sítio; as mais nobres vão pouco à igreja e, quando o fazem levam mantos a tapar-lhes o rosto”.¹⁴

A CASA DE ESTRADO E AS ANTECÂMARAS DE ESTRADO

Designado normalmente por casa de estrado ou antecâmara, ao longo do século XVII, vemos emergir um espaço com funções de receber visitas, que adquire um novo protagonismo como espaço de representação do feminino, tomando o papel até aí desempenhado pela câmara de dormir.

Este espaço, marcado pela presença de um estrado onde as senhoras recebem visitas, surge a partir de uma zona da antiga da câmara de dormir, onde, normalmente, se encontrava um estrado. Marcada por um caráter polifuncional, a câmara de dormir vai perdendo a importância que teve ao longo da Idade Média. Podemos avaliar essa importância através de uma interessante descrição medieval, no *Diário da jornada do conde de Ourém ao Concílio de Basileia*, na qual o conde é recebido pela rainha na sua câmara, sendo convidado a sentar-se no estrado:

“a cabo de dous dias foi o Conde fallar a Rainha, e a Iffante, e entrou pola – porta, e a Rainha estava assentada em hum estrado, e como o ella vio entrar pola *camara*, levantou-se em pee, e o Conde lhe fez huma muy grande mesura, e ella outra ao Conde, e fello assentar acabo de si em huma almofada muito fermosa, e estiverom assentados per espaço de duas oras fallando, e isto acabado, levantou-se o Conde pera yr fallar a Iffante, e a Rainha se levantou em pee, e o Conde lhe fez sua mesura, e foi o Conde”.¹⁵

A formação deste compartimento como espaço autônomo está intimamente ligada com o caráter formalista e hierárquico desenvolvido a partir dos finais do século XVI e ao longo de todo o século seguinte, numa tendência, não só para uma maior racionalização dos programas distributivos, como para a criação de novos espaços vinculados a funções específicas da vida doméstica. Da importância da casa de estrado no interior da casa senhorial dá-nos notícia, já nos finais do século XVI, Confalonieri, ao descrever;

“Em casa, [as mulheres] dão audiência sobre os estrados, que são umas grandes mesas, acima do chão um palmo cobertos no inverno de tapetes finíssimos, e no verão, de esteiras também finíssimas, com almofadas de veludo grandes sobre as quais se sentam. E em cada sala ou quarto principal se encontra este estrado para dar audiência”.¹⁶

Com esta alteração de costumes, no círculo da alta nobreza, as grandes casas passam a ter duas antecâmaras, como escreve Mateus do Couto no seu *Tratado de Architectura*, no qual, acerca do programa de distribuição interior da casa nobre, prescreve:

“e a primeira antecamara de estrado; porque não he razão, que a antecamara de estrado fique tam vizinha da sala publica, porque se não esteja escutando o que numa, e noutra se falla, que ás vezes hé danozo. E sempre tomara que nestes edificios nobres houuera duas *antecamaras de estrado*; costuma-se quando as há, a primeira ser mayor que a segunda; e eu tomara que a 2.^a fora mayor”.¹⁷

Salientando que o termo antecâmara é o mesmo que casa de estrado, Mateus do Couto, no final do seu programa de casa nobre e ao prescrever o lugar do oratório, usa o termo casa de estrado referindo:

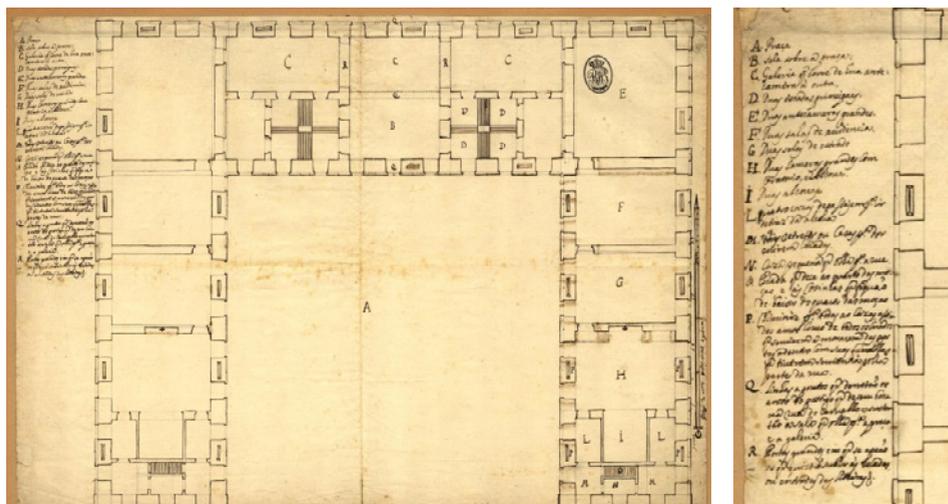


Figura 3 – A planta de projecto de um palácio a construir na “Rua do Carvalho”. Fonte: Biblioteca Nacional – Iconografia D. 148 A.

Transcrição – A – praça; B – sala sobre a praça; C – galeria q corre de hua antecamera à outra; D – duas escadas principais; E – duas antecameras grandes; F – duas salas de audiência; G – duas salas de estrado; H – duas camaras grandes com oratório e alcova; I – duas alcovas; L – quatro cazas de passagem p^a ir detraz da alcova; M – 4 retretes ou cazas p^a dormirem criadas; N – caza pequena q olha p^a a rua; O – escada q deca ao quarto das moças e às cozinhas q fiquão de baixo do quarto das moças.

“Tambem he necessario que em apoento semelhante haja hum bom oratorio, e situado em tal lugar, que sendo possiuel, da camara, *cazas de estrado*, e salla publica, se possa ouvir missa”.

Fato que muito nos intrigou, não só em Mateus do Couto, como nas nomenclaturas de plantas do século XVII e primeira metade do século XVIII, é a existência de duas antecâmaras de estrado nos programas interiores da casa nobre, sobretudo na grande nobreza. Segundo a nossa interpretação, esta duplicação, que não vemos ainda no século XVI, parece-nos relacionar-se com a separação entre os homens e as mulheres, tradição que, sendo característica da cultura ibérica, ganha novo relevo neste período. Da sua estadia em Lisboa, entre os anos de 1723 e 1726, Merveilleux fornece uma descrição detalhada deste costume:

“é bastante singular a maneira como se fazem visitas nas casas portuguesas; os homens estão numa sala e as senhoras noutra e como ambos os sexos são muito dados à dança, as senhoras dançam umas com as outras na sua sala e os homens uns com os outros na sala contígua. Se a um sujeito cabe a sorte de alcançar licença para entrar na sala das damas, encontra-as sentadas no chão, em cima de uma esteira e os homens conversando com elas da orla da esteira, a uns quinze pés de distância”.¹⁸

Encontramos outra referência de utilização de um espaço com a designação de “casa de estrado” na planta de um palácio do Bairro Alto, que pode ser vista na Figura 3, que já estudamos noutros contextos, e que nos apresenta uma sequência de antecâmara, casa de audiência, casa de estrado, terminando na câmara de dormir, que a legenda especifica como “camara grande com oratório e alcoba”.¹⁹ No uso mais específico da casa de estrado, no Inventário de Francisco Rodrigues de Lima, realizado em 1676, é mencionado: “...e no mesmo andar sobre o pateo ha huma varanda de madeira, cobre (*sic*) colunas de pedra, e para dentro huma *caza de estrado* com quatro almarios hum dos quais serve de oratorio com tres portas e hum janela para o quintal, forrada e pintada de brutesco”.²⁰

SALETA DA DONNA E O SEU SIGNIFICADO NO SÉCULO XVII

Dentro dos espaços afetos ao feminino que se conformam no século XVII, a saleta ou saleta da dona, como vemos muitas vezes citada, é um caso particular pelo seu caráter episódico, pois passa de moda em meados do século XVIII. Para os nossos estudos sobre a casa senhorial, é importante estabelecer que esta saleta é completamente diferente, em termos de funções e significado, da saleta do século XIX, não se podendo estabelecer uma evolução tipológica entre uma e outra.

Diante dos programas do século XVI, a saleta surge como uma clara novidade, inscrevendo-se como pequeno espaço de espera que antecede a sala, entendida como espaço formal de recepção, usada apenas para momentos solenes, e a separa da antecâmara, utilizada como sala de visitas mais comum.

Intimamente articulada com o núcleo de escadas, a saleta resulta de uma fragmentação de funções da sala, que progressivamente perde valores de polifuncionalidade. Para entendimento do uso destas saletas, temos a planta do Palácio dos Condes da Castanheira, indicada na Figura 4, que, com anotações das funções de cada compartimento, se torna num documento exemplar fundamental para os nossos estudos.

Do significado e localização deste espaço, Mateus do Couto, no seu programa da casa nobre, dá-nos uma interessante descrição, ao prescrever: “a hum lado desta salla faremos a entrada da senhora da caza, que será hũa *salleta* mais pequena, que fique entre a salla, e a primeira antecâmara de estrado”.

Já na primeira metade do século XVIII, o inventário do palácio do 2º conde da Torre (mais tarde palácio do conde de Óbidos), faz uma interessante referência às funções deste espaço: “a saleta que tambem hé piquena *aonde assiste a Dona* a qual tem tres portas, huma que vai da sala para a saleta, e outra porta para o corredor, e outra porta para a primeira antecâmara”.²¹

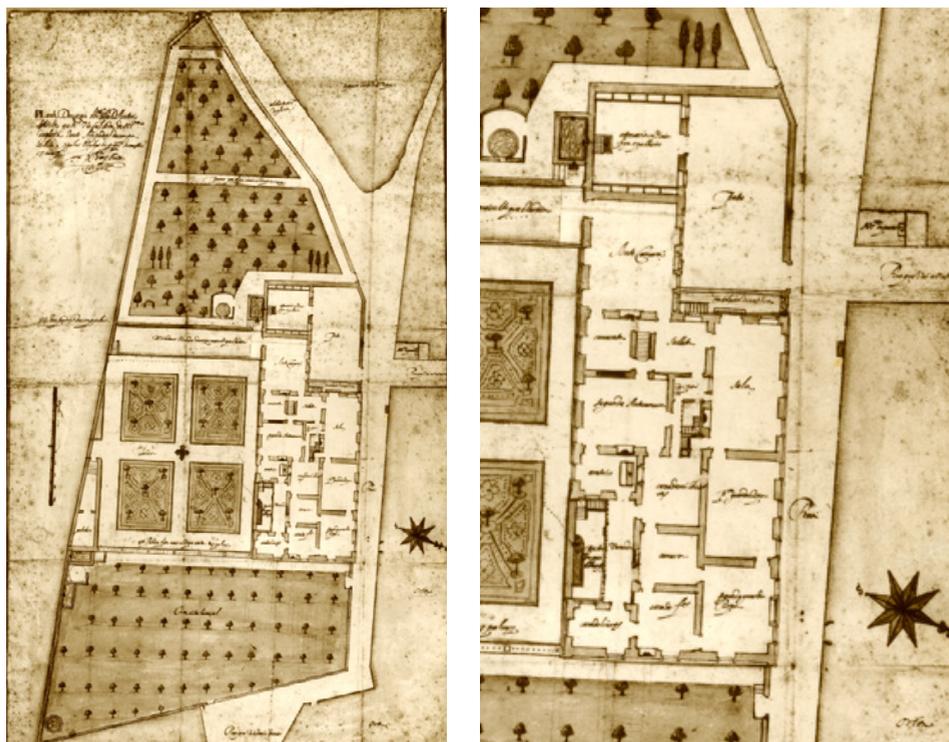


Figura 4 – Planta do Palácio dos Condes da Castanheira, na calçada da Glória, em Lisboa, Século XVII (2º quartel). Tinta-da-china e aguada a cores sobre papel. Fonte: Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.

Transcrição – pateo; antecâmara; camareta; saleta; salla; segunda antecâmara; oratório; casa das mulheres; Pr^a guarda roupa; segunda guarda roupa; câmara; casa de fatos; sala dos livros; varanda.

Sobre a passagem de moda da saleta, temos um testemunho do conde de Tarouca, que, numa carta a seu filho sobre a obra do palácio que estava a construir, escreve:

“Nada he tão extraordinário como a maldita introdução das nossas saletas, pois que se passa da grande sala para a primeira grande Antecamara por huma pessa pequena contra todo o uso do mundo. O motivo he de que na saleta assiste a creada, chamada Donna, Mas qual he a razão porque essa Donna não pode assistir em huma saleta grande que tenha a figura, e uso de antecâmara? He porque as senhoras querem ter as suas antecamaras fechadas? He bem fechem a terceira antecamara, fechem a segunda, mas não fechem a primeira, e esta seja publica patente a toda a familia como se fosse saleta”.²²

Já nos finais do século XVIII, no programa de casa nobre proposto por Carvalho Negreiros, a saleta não é mencionada, vindo a desaparecer das nomenclaturas de plantas do século XIX.

CASA DE LAVOR, CASA DAS MULHERES E CASA DE AMAS

Ao longo do século XVII, descrições e plantas assinalam a presença de um espaço com designações diversas, como casa das mulheres, casa das amas, casa de labor, correspondendo, no seu conjunto, a um espaço de trabalho dedicado aos labores femininos e a serviços. Nas suas relações internas com o programa distributivo da casa, este espaço localiza-se numa zona central, perto da câmara de dormir e junto, ou integrando, um núcleo de escadas interiores, de ligação a zonas de serviços, normalmente designado como escadas particulares. Tal característica, que permitia o acesso a este espaço sem devassar zonas sociais de antecâmara ou sala, é realçada por Mateus do Couto quando escreve:

“...hade hauer mais hũa caza grande, em que estejam laurando estas criadas, e com os seruiços, de tal sorte, que assim desta caza, como dos seus apoentos possão hir á camara dos Senhores, sem deuasarem as antecamaras, porque as vezes he isto muy necessario. E assi hirem ás antecamaras sem entrarem na camara”.²³

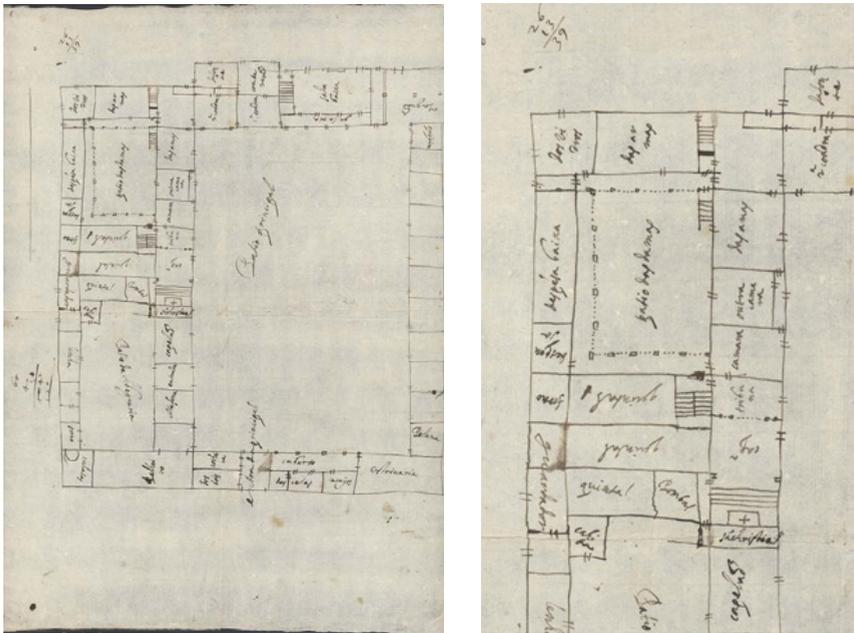


Figura 5 – Levantamento do piso nobre da Quinta da Foz, Benavente. [Anónimo; [Pedro Nunes Tinoco?]. c. 1638. Fonte: Biblioteca da Ajuda. Iconografia, Des. 54-X-29, 220 e Des. 54-X-29, 220v.

Transcrição (de cima para baixo e da direita para a esquerda) – dos vidros; das armas; 2ª quadra; da fonte; 1ª quadra; camara de verão; sala baixa; galeria; zaguão; dispensa baixa; dispensa; pátio das damas; das amas; camara; forno; guardador; quintal; quintal; pombal; tribuna; capela; sacristia; lenha; forno; pátio da Abeguaría; capelão; entrada; atafona; forno; cubertos Palheiro; dos bois; cocheira; entrada principal; cuberto; das celas; lacayos; estribaria; queijeira.

Apoiados nas prescrições do *Tratado* de Mateus do Couto, confirmamos a presença deste compartimento na Quinta da Foz, em Benavente, o que pode ser visto na Figura 5, com a designação de casa das amas. No piso nobre, este espaço localiza-se, de forma estratégica, junto de um pátio interior, entre as salas de recepção e os aposentos mais íntimos, de dormir e vestir, articulando-se com escadas interiores de acesso ao resto chão e ao pátio, que de forma muito significativa é denominado como “pátio das damas”, salientando o caráter feminino desta zona da casa.

O caso repete-se, embora tomando outra designação, na planta do Palácio dos Condes da Castanheira, em Lisboa.²⁴ Aqui denominado como casa das mulheres, este compartimento assume, mais uma vez, uma situação central, com ligação, não só ao quarto principal, como a um núcleo de escadas interiores que garantia a entrada e saída de criadas sem devasso dos outros aposentos, como prescrevia Mateus do Couto.

Neste contexto, a planta da casa de povos, que é demonstrada na Figura 6,²⁵ emerge com particular significado para a nossa investigação. Sem a grandiosidade e complexidade da Quinta da Foz, em Benavente, ou do Palácio dos Condes da Castanheira, em Lisboa, esta casa apresenta uma notável coerência funcional e distributiva. De acordo com a sua planta, a casa de labor surge numa situação central, com escadas de serviço, ligação à câmara de dormir, à antecâmara e ainda ao guarda roupa, características que lhe conferem uma correcta capacidade de apoio a cada um destes espaços, assim como ao programa interior no seu conjunto. Nesta lógica distributiva, a câmara de dormir é apoiada, de um lado pela casa de labor, e do lado contrário pelo

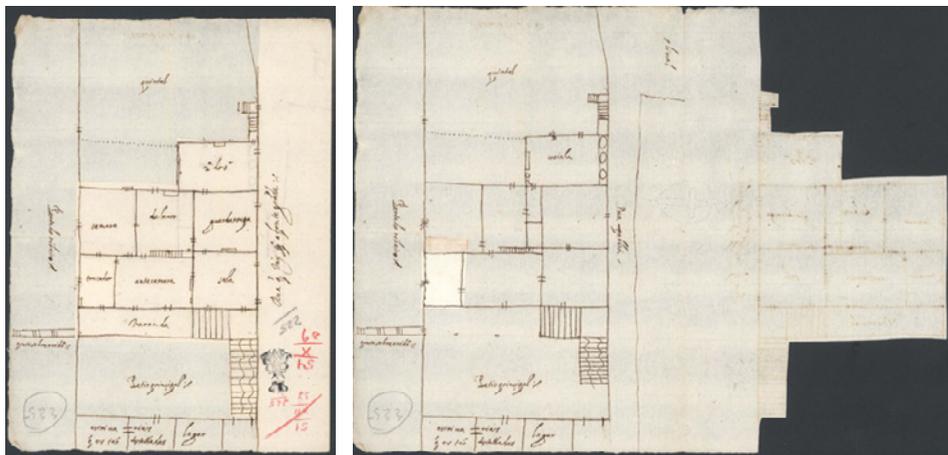


Figura 6 – Plantas da Casa de Povos. Piso nobre e piso térreo. [Anónimo: [Pedro Nunes Tinoco?]. ca 1638. Fonte: Biblioteca da Ajuda. Iconografia, Des. 54-X-29, 225 e Des. 54-X-29, 225v.

Transcrição: piso nobre; quintal; 2 do Sr.; camara; de labor; guarda roupa; toucador; antecâmara; sala; varanda; pátio principal; rua que vai para a fonte grande; piso térreo; cozinha; pátio principal; estrebarias que estão destelhadas; lagar.

toucador, conformando uma zona de grande coerência programática dedicada ao uso feminino.

Para o entendimento da origem e processo de formação da casa de lavor, a planta do Palácio de Xabregas, demonstrada na Figura 7, apresenta um pormenor muito interessante. Com localização ao lado da câmara de dormir e com um núcleo de escadas de serviço, este compartimento aparece apelidado de “casa de lavor e de caixois”. Estes caixões, designando genericamente arcas e baús, surgem aqui relacionados com o antigo guarda-roupa, evidenciando a origem da casa de lavor no guarda-roupa de época medieval, que se caracterizava por uma forte polifuncionalidade.

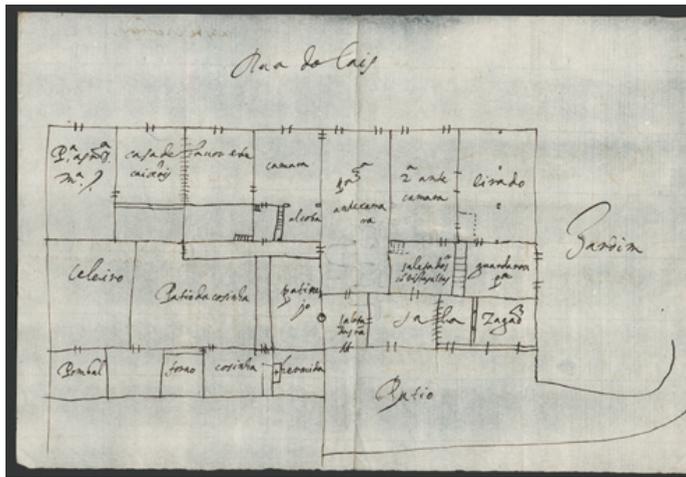


Figura 7 – Planta das casas de enxobregas. Fonte: [Anónimo: [Pedro Nunes Tinoco?]. S.d.: ca 1638. Biblioteca da Ajuda. Iconografia , Des. 54-X-29, 225 e Des. 54-X-29, 225v.

Transcrição (da esquerda para a direita, de cima para baixo) – rua do cais; P^a a Sr^a D. M^a (?); casa de lavor e caixois; camara; alcoba; p^a antecâmara; 2^a antecâmara; eirado; celeiro; pátio da cozinha; patim; saleta com vistas altas; guarda-roupa; saleta das Sr^a; sala; zagão; jardim; pombal; forno; cozinha; hermida; pátio.

Ao longo do século XVIII, o termo “casa de lavor” parece impor-se entre as várias designações que vemos surgir em plantas e documentos. O *Vocabulário* de Bluteau refere “Casa de Lavor” como “casa onde as mulheres fazem suas costuras”,²⁶ e, posteriormente, Morais repete um pouco o mesmo sentido, escrevendo: “a casa onde se lava e trabalha”,²⁷ não se referindo à casa de costura. A partir de finais do século XVIII, a casa de lavor, embora não desapareça, vai perdendo a sua importância estratégica no programa interior da casa senhorial, coincidindo isso, em nosso entender, com uma diluição da sua antiga condição de reclusão, ante uma maior abertura do elemento feminino e das senhoras à convivência social. Neste sentido, no programa definido por Manuel Carvalho e Negreiros para uma casa nobre, a

casa de lavor é apresentada numa zona mais retirada e de menor importância, referindo o texto: “Sala de espera, antecâmara, sala de visitas, gabinete, toucador, oratório ou tribuna para a ermida, caza de jantar, câmara, guarda roupa com chaminé, *caza de lavor*, despejos”.²⁸

Ao longo do século XIX, em plantas e inventários, a designação de casa de lavor começa a ser substituída por casa de costura, como verificamos no *Inventário do Palácio do Manteigueiro*, na rua da Horta Seca ao Chiado, realizado em 1801. Digno de nota, o inventário fornece-nos uma descrição do interior da “caza da costura”, com o seu mobiliário, indicando: “Onze cabrioles (em) madeira de nogueira de brasinhos, assentos e encostos de rotula em bom uso [...], cinco sobreportas de madeira dourada, com suas bambinelas de cassa pintada, e sua franja e borlas”.²⁹

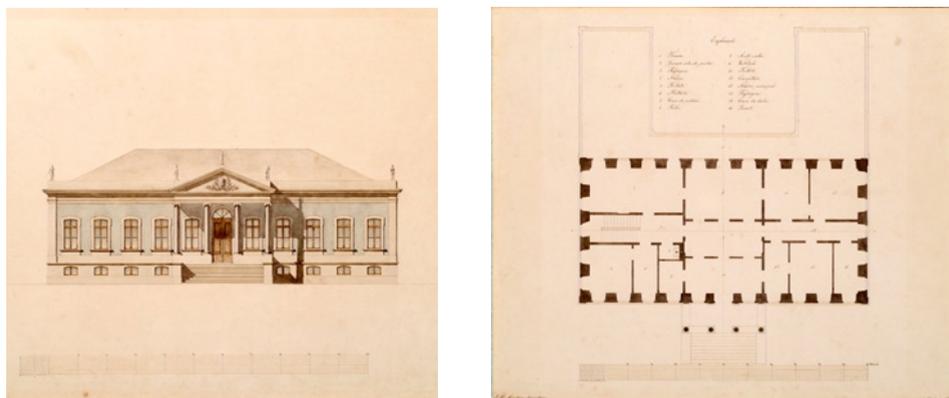


Figura 8 – Palacete neoclássico: alçado e planta do piso nobre. José Luis Monteiro, [Assin.] Terminado a 4 de Novembro de 1865. Tinta-da-china e aguarela polícroma sobre papel. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (AHCML) - JLM-DA - 01.3/1 e /2/3/4/5.

Transcrição do piso nobre: 1 – terraço; 2 – grande sala de jantar; 3 – passagem; 4 – alcôva; 5 – toilette; 6 – retrete; 7 – casa do porteiro; 8 – sala; 9 – ante-sala; 10 – vestibulo; 11 – toilette; 12 – escritório; 13 – alcôva principal; 14 – passagem; 15 – casa de lavôr, 16 – quarto.

Numa flutuação de terminologia, verificamos que José Luis Monteiro ainda usa o termo mais arcaico de “caza de lavor”, como vemos mencionado na sua planta de um palacete neoclássico, que pode ser visto na Figura 8. Da análise da integração deste espaço no programa interior da casa, verificamos que, se ele se afasta das escadas de serviço, mantém ainda uma escala e situação privilegiadas, junto do quarto principal, o que veremos vir a perder-se, sobretudo a partir dos finais do século XIX.

Colocada numa situação recuada e afastada das zonas sociais, é o caso da casa da costura na Quinta dos Lagos, em Sintra. Pormenor interessante é, porém, o fato desta casa da costura se encontrar junto das escadas de serviço, numa clara continuidade da tradição verificada relativamente às casas de

lavor do século XVII. Com uma localização muito semelhante, encontramos, igualmente, a casa de costura do Palacete Empis. Este palacete, da autoria do Arq. António Couto, foi demolido em meados do século XX, mas mereceu um artigo na revista *Arquitectura Portuguesa*, no ano de 1910 (ano 3, nº 4). Da análise do seu piso nobre, verificamos a existência de uma casa de costura, situada, como na Quinta dos Lagos, junto da cozinha e das escadas de serviço de acesso ao piso dos quartos.

No palacete dos finais do século XIX, e até ao modernismo, este espaço, quando presente, mantém estas características de espaço de serviços, junto da cozinha e dos engomados.

TOUCADOR E A CASA DE FATOS, CASA DE PENTEAR E TOILETTE

O toucador, entendido como compartimento autônomo no interior do programa distributivo da casa senhorial, faz o seu aparecimento no século XVII. Tal como a casa de lavor e a saleta, este compartimento surge num quadro cultural afeto ao formalismo do século XVII, em que a sociedade sofre uma forte estratificação e, no interior da casa senhorial, as atividades mais importantes tendem a corresponder a espaços específicos.

Nos inícios do século, uma descrição de um casamento no palácio Ducal de Vila Viçosa, ainda nos refere o ato de tocar, a ser realizado numa câmara, especificando o documento:

“A camara em que a senhora Duquesa se recolhe pera se tocar, que está a mão esquerda da sua guarda-roupa, e tem a janela sobre os jardins, estava com panos de tela de ouro e damasco carmesim, conformes ao da sua goarda-roupa, e desta camara entrão em o oratorio deste quarto, muito devoto e bem ornado”.³⁰

No programa distributivo da casa, o espaço de toucador nasce a partir de uma zona do quarto dedicada ao arranjo e indumentária da senhora da casa, zona essa que neste período ganha autonomia.

Nos inícios do século XVIII, Rafael Bluteau define toucador apenas como um objecto: “receptáculo dos instrumentos e ornamentos com que se enfeita a mulher”.³¹ Desde o século XVII, os inventários mencionam a existência destes móveis, como o que é descrito no inventário da Quinta do Correio-Mor, dos finais do século XVIII: “Hum *toucador* com varios repartimentos e seu vidro com moldura acharoadada esmaltado de paizes e flores com seu defeito na tampa da caixa de fora com sua fechadura e capa de carneira em que se feixa”.³²

O processo de autonomização do toucador como espaço individualizado parece lento. Na proposta de Mateus do Couto, inserida no seu *Tratado*, observa-se certa ambiguidade quando o autor, ao definir o programa de casa nobre, escreve: “ *Junto a esta camara* (câmara de dormir) he necessario hauer dous camarins pequenos, hum para se *toucar a dona da casa*, e outro para fabricas de toucados, e para vidros”.³³

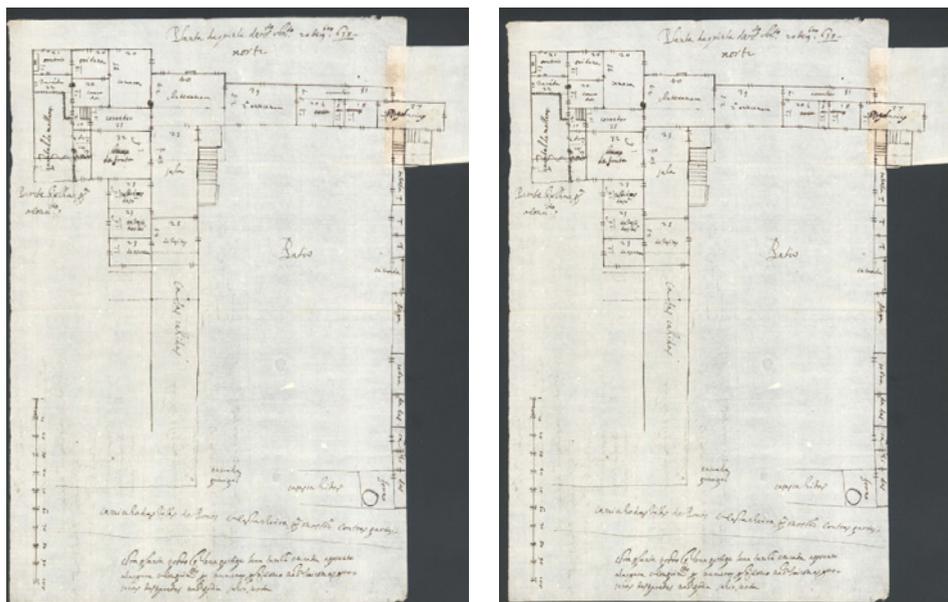


Figura 9 – Planta da Quinta de Santo António, de 20 de dezembro de 1638. Fonte: Biblioteca da Ajuda. Iconografia, Des. 54-X-29, 218 e Des. 54-X-29, 218v.

Transcrição (de cima para baixo e da direita para a esquerda) – oratório; varanda; tribuna; toucador; camara; corredor; antecâmara; 2ª antecâmara; corredor; hospedarias; quintal das mulheres amas/de fruta; sala.

No sentido de transição, também a descrição dos interiores do Palácio dos Condes de Povolide, em Lisboa, ganha significado quando o conde escreve nas suas *Memórias*: “o camarim onde se poz o toucador da condessa estava com armação de Raz e alcatifado com hua alcatifa e coadros doirados de frança de damas e tamborettes de veludo lizo carmezim e placas doiradas com vellas”³⁴

Nos dois casos, o toucador é colocado num camarim, que na época é usado para designar um pequeno compartimento de uso indiferenciado, mas de prestígio. Segundo o *Vocabulário* de Bluteau 1712, p. C-71: “um aposento em que se tem as peças mais raras e mais preciosas”³⁵

Nos finais do século XVIII, Morais Silva 1789, p. 471, no seu *Dicionário*, já refere, de forma clara, toucador como um espaço individualizado. Depois de definir toucador como “banca com os aparelhos de tocar a cabeça”, dá como sinônimo de toucador “casa onde alguém toca a cabeça”³⁶

De forma um pouco inusitada, observamos a emergência de toucador como espaço independente, em duas plantas do século XVII. Uma primeira planta, datada de 1638,³⁷ refere-se à Quinta de Santo António da Castanheira, vista na Figura 9. Junto da câmara de dormir e de uma tribuna com ligação à capela, surge um pequeno compartimento designado como toucador.

O segundo caso é a planta da Casa de Povos, mostrada na Figura 6, propriedade dos condes da Castanheira, que, como a primeira, identifica cada compartimento com a sua função. Como referimos anteriormente, esta planta emerge como caso paradigmático, ao apresentar uma zona do andar nobre onde a câmara de dormir é ladeada pelo toucador e, no sentido oposto, pela casa de lavor, constituindo-se, de forma racional, nos aposentos da senhora da casa e na zona reservada ao feminino.

Paralelamente a estes dois casos, outras plantas do século XVII, com a nomenclatura de cada compartimento, não revelam a existência de espaço autônomo de toucador. Estamos a pensar na planta do Palácio de Xabregas, demonstrada na Figura 7, ou ainda na planta do Palácio dos Condes da Castanheira, que consta na Figura 4. No primeiro caso, a câmara de dormir é articulada com uma alcova, quarto vocacionado para funções de estar e vestir. A planta do Palácio dos Condes de Castanheira apresenta, por outro lado, junto da câmara de dormir, um compartimento referido como “casa de fatos”. Uma vez que a planta deste palácio assinala a existência de dois guarda-roupas, mencionados de forma muito clara como primeiro guarda-roupa e segundo guarda-roupa, pensamos que esta “casa de fatos” será, na realidade, um toucador. Cabe salientar que, antes de termos encetado este estudo dedicado ao feminino, pensamos que esta “casa de fatos” fosse de uso masculino, dada a sua situação junto de casa dos livros. Agora, embora sem certezas, dado não termos encontrado quaisquer outras referências a “casas de fatos” em plantas ou inventários, pensamos estar em presença de mais uma variante da designação de toucador, como será, por

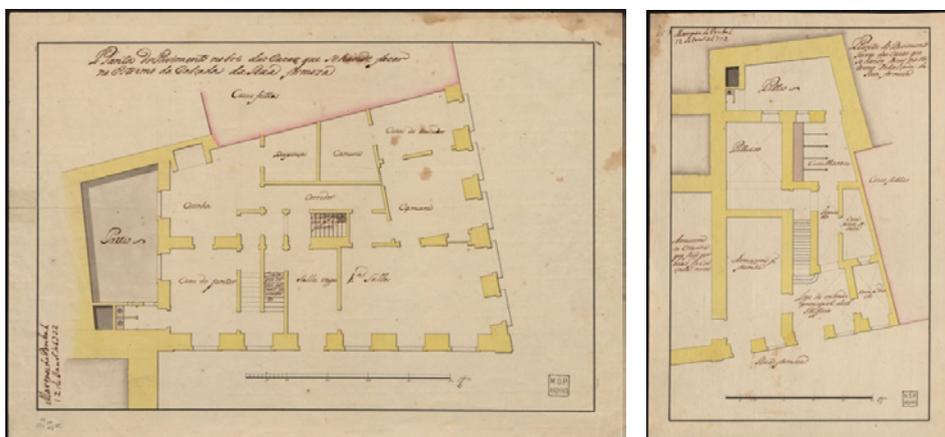


Figura 10 – Plantas do piso térreo e piso nobre das casas que se hade fazer no extremo da Calçada da Rua da Formosa. Fonte: Marquês de Pombal, 12 de Janeiro 1772.

Transcrição (compartimentos do piso nobre) – patteo; caza de jantar; escadas que dão uso aos mais pavimentos; salla vaga; 1ª salla; camara; caza do toucador; camara; dispensa; corredor; escadas que dão uso para a Rua Formosa.

exemplo, a casa de pentear, que encontramos mencionada num inventário do século XVIII.

Avançando para o século XVIII, na planta pombalina de palacete na rua Formosa, que pode ser vista na Figura 10, surge o toucador na sequência da antecâmara e da câmara de dormir. Nesta planta, que corresponde a uma casa senhorial de dimensões médias, é interessante que já não haja guarda-roupa, compartimento que vemos começar a ter menor importância durante o século XVIII, vindo a desaparecer no século XIX.

A diluição do guarda-roupa encontra-se ligada com a divulgação de novas tipologias de móveis, que permitem uma distribuição dos variados objetos adstritos à casa por outras divisões. Na tipologia destes móveis encontram-se os grandes armários guarda-roupa, os copeiros, e, mais tarde, já no século XVIII, as cômodas.

Quanto ao programa de casa nobre proposto por Manuel Carvalho e Negreiros no seu *Tratado*, o autor menciona, no programa do piso nobre, tanto o toucador, como a casa de lavor, ordenando: “Sala de espera, antecâmara, sala de visitas, gabinete, *toucador*, oratório ou tribuna para a ermida, caza de jantar, câmara, guarda roupa com chaminé, caza de lavor, despejos”.³⁸ Nesta sequência, o toucador emerge como espaço importante, junto do gabinete, enquanto a casa de lavor, como vimos anteriormente, perde importância, sendo claramente relegada para uma zona das traseiras, sugerindo um uso exclusivo de criadas.

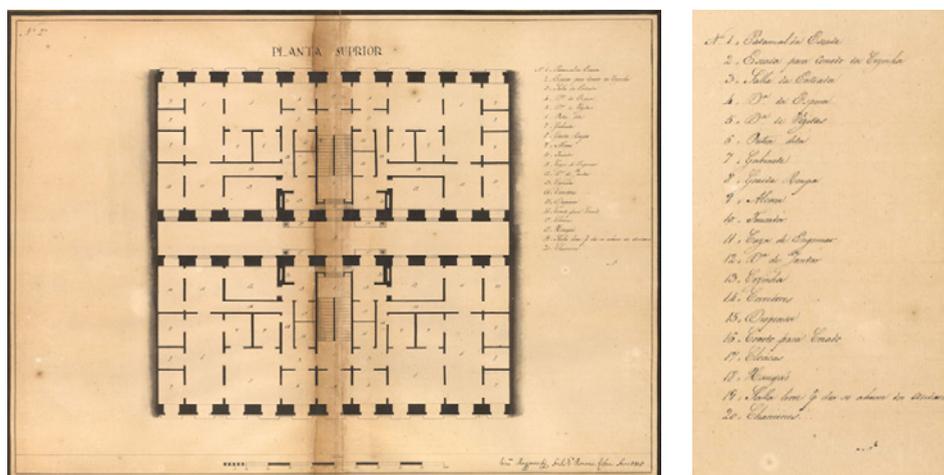


Figura 11 – A planta de piso nobre de edifício de Vincenzo Mazzoneschi. 1802. Fonte: Acervo Fundação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Iconografia. Álbum Costa e Silva.

Transcrição – 1 – patamar das escadas; 2 – escadas para gente da cozinha; 3 – sala de entrada; 4 – dita de espera; 5 – dita de visitas; 6 – outra dita; 7 – gabinete; 8 – guarda roupa; 9 – alcova; 10 – toucador; 11 – casa de engomar; 12 – dita de jantar; 13 – cozinha; 14 – corredores; 15 – despejos; 16 – quarto de creado; 17 – cloacas; 18 – xaguão; 19 – salla livre para dar-se a um dos andares; 20 – chaminé.

Outro interessante exemplo para o nosso estudo é a planta do piso nobre de um edifício desenhado por Vincenzo Mazzonechi, vista na Figura 11, para o barão de Quintela.³⁹ No programa interior, verificamos a presença do toucador, associado com uma alcova, uma casa de engomar e um guarda-roupa, constituindo no seu conjunto uma zona reservada ao elemento feminino.

Da consulta atenta de inventários e plantas antigas, apercebemo-nos de que, ao longo do século XVII e XVIII, o toucador não é um espaço imprescindível no programa interior de uma casa, integrando-se a suas funções em outros espaços, como a câmara de dormir, o guarda-roupa, ou, ainda, o camarim, como podemos comprovar pelo Inventário do Palácio Angeja, ao Lumiar. Datado de 1843, encontramos neste inventário a referência a um camarim apropriado como toucador. Na realidade, nos móveis do *Camarim da Ex.ma Senhora Duqueza*, são mencionados, entre vários objectos, “hum toilette, hua banca de costura, hum lavatório, quatro bacias de mãos”,⁴⁰ o que nos confirma estarmos em presença de um espaço de toucador.

De forma um pouco idêntica à variação semântica de “casa de labor” para “casa de costura”, observamos a passagem de “toucador” para “casa de pentear”, como vemos ser referido no inventário de José da Cruz de Miranda relativo a sua casa na rua Direita de São Paulo, na Freguesia de São Paulo. Datado de 1802, o inventário discrimina os diferentes móveis que constam na “casa de pentear”:

Huma caxa toda xapiada de ferro de seis palmos de comprido com duas fixaduras uzada.

Huma caxa abaulada coberta de couro de cabelo com duas fixaduras de seis palmos de comprido uzada.

Huma banca madeira de mogno quadrada pes de bojo pes-de-garra sem gavetas pano verde.

Huma caxa abaulada coberta de couro de cabelo com duas fixaduras sinco palmos de comprido uzada.

Huma cacha abaulada coberta de couro de cabelo com duas fixaduras.

Huma papeleira madeira de bordo com duas gavetas grandes e quatro piquenas uzada.⁴¹

De um ponto de vista semântico, toucador evoca mais pentear do que vestir. Este fato terá contribuído para o quase desaparecimento desta denominação, nos finais do século XIX, em favor do termo “toilette”, que vemos impor-se, num quadro de influência francesa, em que a moda de Paris se tornou onipresente por toda a Europa. Os exemplos são múltiplos, e citamos, em ambiente citadino, o Palacete Empis, de que possuímos o projeto completo, ou a Quinta dos Lagos, em Sintra, demonstrada na Figura 12, cujo projeto assinala dois toilettes no piso dos quartos. Nestes casos, o compar-

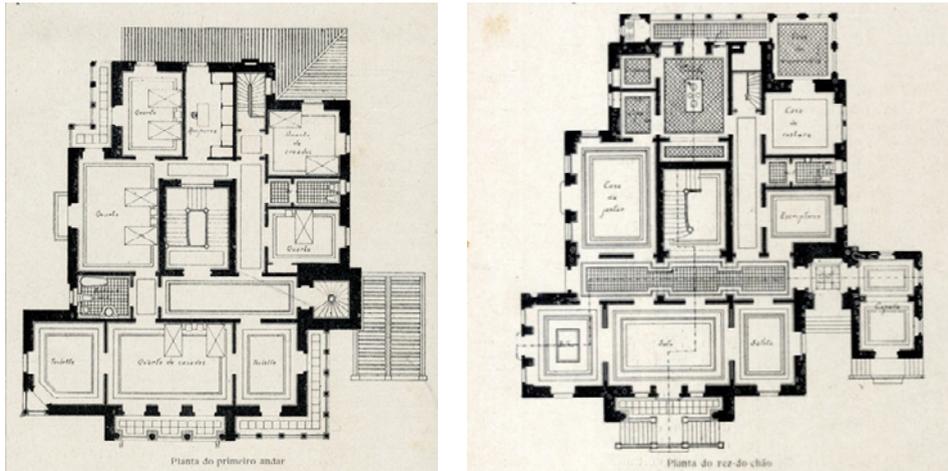


Figura 12 – Planta do primeiro e segundo piso da Quinta dos Lagos, Sintra. Arq. Francisco Carlos Parente, 1906. Fonte: *Arquitetura Portuguesa*, Lisboa, ano 1, n. 3, 1908.

Transcrição (rez-do-chão) – saleta; sala; bilhar; casa de jantar; escritório; capela; casa da costura; cozinha; copa; dispensa; casa de engomados.

Transcrição (1º piso) – toilette; quarto dos casados; toilette; banho e wc; quarto; wc; quarto; rouparia.

timento designado por *toilette* manifesta as mesmas funções do toucador, assim como mantém a sua situação tradicional no programa distributivo da casa, surgindo junto da câmara de dormir, como lugar de vestir e pentear. A duplicação, ou mesmo multiplicação de toilettes na mesma casa – o Palacete Empis regista quatro *toilettes* no projeto de arquitetura – retira a este espaço a sua função estritamente feminina. Na Quinta dos Lagos, o quarto principal abre-se diretamente, de cada lado, para dois espaços de *toilette*, correspondendo naturalmente, cada um, ao senhor e à senhora da casa. Numa visão de conjunto, e sobretudo em casas de menos aparato, o *toilette* mantém uma clara conotação feminina.

Em ambiente afeto à família real, o termo toucador parece permanecer, mantendo o seu antigo prestígio. Numa descrição dos interiores do Palácio das Necessidades, o arquiteto Joaquim Possidónio da Silva usa a antiga designação de toucador, escrevendo “logo depois, outro gabinete que dá entrada no toucador da mesma Augusta senhora ornado de gosto persa, o qual deita para um terraço que fica por cima da casa da Guarda”.⁴²

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Da nossa deambulação pelos espaços do feminino na casa senhorial, fica-nos a sensação da necessidade de construirmos um quadro progressivamente mais amplo e diversificado de fontes documentais, não só plantas,

inventários, descrições e outros documentos. Mais uma vez, fica-nos também a ideia clara de que o quotidiano é praticamente omissos na documentação, sendo substituído, por vezes de forma abusiva, pelos momentos de festas, rituais e cerimônias oficiais que, sendo importantes, não nos dão a dimensão e uso dos espaços do dia a dia.

A nossa escolha de estudar temas e espaços muito precisos, e, por sua vez, em tempos e épocas muito precisas, tem sido uma firme opção metodológica. Das constantes e sistemáticas dúvidas, não podemos deixar de referir algumas certezas ou constatações que, de forma cautelosa, nos permitem estabelecer pontos de referência consistentes no avanço das nossas investigações. Um ponto fundamental no nosso estudo é, sem dúvida, a emergência do século XVII como período fundamental de estruturação dos programas interiores da casa senhorial. Neste campo, pensamos incontornável nesta investigação a constatação documental da existência de designações muito diferentes para espaços que cumprem a mesma função. Estamos a pensar, por exemplo, no século XVII, na casa de labor, ou casa das amas, ou casa das mulheres, que pudemos verificar tratar-se de espaços com a mesma função, embora sob diferentes denominações. Registamos, também, o mesmo fenómeno relativamente a toucador, casa de pentear, casa dos fatos e *toilette*. Dizendo respeito a espaços que desempenham uma mesma função no programa interior, não deixamos de detectar nestas alterações semânticas da sua designação, certa evolução nas formas de viver e entender esses espaços, correspondendo a alterações de hábitos e comportamentos.

Neste quadro de flutuações de nomenclatura, podemos concluir a inexistência de programas interiores fixos, como encontramos sobretudo na tratadística francesa a partir do século XVII. Em contraponto, podemos constatar a existência de lógicas de funcionamento muito racionais e coerentes, que, num sentido pragmático, se vão adaptando às circunstâncias, adquirindo características variadas e fluídas, irredutíveis, em última análise, a modelos formais fixos.

NOTAS

- 1 Helder Carita é arquiteto. Doutorou-se em história da arte moderna (arquitetura e urbanismo) com o tema “Arquitetura indo-portuguesa na região de Cochim e Kerala, modelos e tipologias do séc. XVI e XVII”. É investigador do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Divide os seus domínios de investigação entre arquitetura e urbanismo, sendo uma de suas áreas privilegiadas a arquitetura civil. É autor de diversos livros.
- 2 SPENGLER, Oswaldo. *Le declin de l'Occident*. Paris: Gallimard, 1948.
- 3 Este estudo foi realizado de forma aprofundada por SILVA, José Custódio Vieira da. *Paços Medievais*, Lisboa: Ipaar, 2002.
- 4 COUTO, Mateus do. *Tratado de arquitectura que leu o mestre e arquitecto Mateus do Couto: o velho*. BNP, 1631. p. 55. (Reservados, COTA: COD 946//1)
- 5 Quarto nesta época era entendido como uma ala, aposento ou zona mais ou menos autónoma de uma casa.

- 6 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre de Tombo (IAN/TT), Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, *Memórias do 1º conde de Povolide*, v. 1, n. 13.
- 7 NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e. *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o Anno de 1792-1797*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 90-94, grifo nosso.
- 8 GUERRA, Luiz de Bivar. *Inventários e sequestros das casas de Távora e Atougua em 1759*. Lisboa: Arquivo do Tribunal de Contas, 1954, p. 210-211.
- 9 CONFALONIERI, Gianbattista. Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa. In: VILLALBA Y ESTAÑA, Bartolomé; CONFALONIERI, Gianbattista. *Por terras de Portugal no século XVI*. Lisboa: CNCDP, 2002. p. 249, grifo nosso.
- 10 *Ibid.*, p. 250.
- 11 Usamos o termo entre aspas e com dois “l” para salientar um significado de sala que, recuando ao século XV, era marcado sentido solene e vocacionado para festas ou cerimônias.
- 12 DUARTE I. *Leal conselheiro*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 303.
- 13 LOPES, Fernão. *Crónica de d. Fernando*. Barcelos: Livraria Civilização, 1966, p. 403-404.
- 14 LEÃO, Duarte Nunes de. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1610, p. 138.
- 15 DIÁRIO da jornada do conde de Ourém ao Concílio de Basileia. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2003. p. 34.
- 16 CONFALONIERI, Gianbattista. *Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa*, p. 249-250.
- 17 COUTO, Mateus do. *Tratado de arquitectura que leu o mestre e architecto Mateus do Couto*, p. 55, grifo nosso.
- 18 MERVEILLEUX, Charles Frédéric de. Memórias Instrutivas sobre Portugal. In: CHAVES, Castelo Branco; MERVEILLEUX, Charles Frédéric de; SAUSSURE, César de. *O Portugal de d. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983. p. 182-183.
- 19 Biblioteca Nacional de Lisboa, Iconografia, D.148 A. (*Planta de Palácio ao Bairro Alto, finais do século XVII inícios do século XVIII*).
- 20 NA/TT. *Orfanológicos*, Letra F, Maço 120, Nº 2. (*Inventário dos bens que ficaram por falecimento de Francisco Rodrigues de Lima, 1676*).
- 21 NA/TT, Arquivos Particulares: Casa de Santa Iria, Caixa 10, Doc. III. (*Inventário de bens de d. Fernando Martins Mascarenhas, 2º conde da Torre, 1733*).
- 22 BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA, Cód. CX/1-6, n.º 25, fls. 1 a 17 v.º. Transcrito: CALDAS, João Vieira; COUTINHO, Maria João Pereira. O nome e a função: terminologia e uso dos compartimentos na casa nobre urbana da primeira metade do século XVIII. In: MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA, Marize (Org.). *A casa senhorial, em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Lisboa: IHA, 2014. p. 157-189.
- 23 COUTO, Mateus do. *Tratado de arquitectura que leu o mestre e architecto Mateus do Couto*, p. 55.
- 24 TINOCO, João Nunes. *Planta do Palácio dos Condes da Castanheira*. Biblioteca da Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa.
- 25 Biblioteca da Ajuda. Iconografia, Des. 54-X-29, 225 e Des. 54-X-29, 225v.
- 26 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*, v. 5, p. 55.
- 27 SILVA, Antonio Morais. *Dicionário da lingua portugueza recopilado*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeu Ferreira, 1789. v. 2, p. 209.
- 28 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre de Tombo (IAN/TT), Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, *Memórias do 1º Conde de Povolide*, v. 1, n. 13.
- 29 DIAS, Domingos Mendes. *Orfanológicos*, Letra D, Maço 30, nº 1, Inventário dos bens de Domingos Mendes Dias, 1801.
- 30 BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA. *Memórias da Caça de Bragança Cód. 1544 (páginas inumeradas). Relação de festas que se fizeram no casamento do Duque de Bragança Dom Theodosio segundo com a Sra Dona Anna de Velasco filha do Condestable de Castella. Escrita por Sebastião Lobo Vougado moço da camara do senhor Dom Alexandre. (1603)*.
- 31 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*, v. 8, p. 223.
- 32 IAN/TT. *Feitos Findos – Inventários Post-mortem*, Letra J, Maço 499, nº 3 *Inventário que se faz dos bens que ficaram do Ilustríssimo Correio-mor do Reino, José António da Mata de Sousa Coutinho, o qual se continua com a viúva sua mulher, a Ilustríssima e Excelentíssima Dona Joaquina da Câmara, por lhe ficarem filhos menores e se achar na posse dos bens como cabeça de casal.*- 1793 – 1795.

- 33 COUTO, Mateus do. *Tratado de arquitectura que leu o mestre e arquitecto Mateus do Couto*, p. 55.
- 34 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre de Tombo (IAN/TT), Arquivo da Casa dos Condes de Povolide, *Memórias do 1º conde de Povolide*, v. 1, n. 13.
- 35 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário portuguez e latino*, v. 4, p. C-71.
- 36 SILVA, Antonio Morais, *Diccionario da lingua portugueza*, v. 2, p. 471.
- 37 Biblioteca da Ajuda. *Iconografia*, Des. 54-X-29, 220 e Des. 54-X-29, 220v.
- 38 NEGREIROS, José Manoel de Carvalho e. *Aditamento ao livro intitulado Jornada pelo Tejo que foi ofº a S A Real o Príncipe Nosso Senhor que Deus guarde em o Anno de 1792-1797*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 3758-62, fol. 90 a 94.
- 39 MENDONÇA, Isabel. Um projecto de Vicenzo Mazzoneschi para o primeiro barão de Quintela. *Monumentos*, n. 21, p. 98-107, set. 2004.
- 40 IAN/TT *Fundo Casa Palmela*, Cx. 120, fl. 471-496. Inventário do recheio do Palácio Angeja/Palmela no Lumiar, Abril de 1843.
- 41 NA/TT. Orfanológicos, Letra J, Maço 227, Nº 9. *Inventário dos bens que ficaram por falecimento de José da Cruz de Miranda e se continua com a sua mulher e cabeça de casal, a viúva D. Joaquina Rosa de São José, 1802*.
- 42 IAN/TT. *Tombo do Almojarifado do Paço*. Livro M arquivo da extinta Casa 13. Descrição da residência do palácio das necessidades por Joaquim Possidónio da Silva. Transcrito: CORTE-REAL, Manuel Henrique. O palácio das necessidades – III. *Revista Municipal*, ano 44, 2ª série, n. 3, p. 9-II. jan./mar. 1983.